

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA
NA VISÃO DOS ESTUDANTES
DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES
– GESTÃO DE NEGÓCIOS E TURISMO,
EM RIO BRANCO – ACRE¹⁸**

Kátya Fernandez Albuquerque (IDM)

RESUMO

Este estudo quantitativo abordará a importância da língua espanhola como instrumento de qualificação profissional, considerando o contexto histórico – geográfico do Estado do Acre, bem como a globalização mercadológica do século XXI, que exige um profissional conhecedor tanto do âmbito econômico como do político, social, cultural informacional e linguístico. Um profissional apto a atender a competitividade do mercado de trabalho, que além dos conhecimentos específicos da sua profissão domine, no mínimo, um idioma, considerando-se o alcance internacional do espanhol e sua importância nas áreas profissionais e comerciais. Essa importância se agiganta nas fronteiras brasileiras, onde cresce a força do MERCOSUL. Assim, ao analisar os questionários aplicados aos alunos EJA, no Ensino Profissionalizante dos Cursos de Gestão de Negócios e Turismo, do Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira, conclui-se que o ensino com qualidade, do espanhol, como referência para a formação e capacitação profissional, deve ampliar-se a todos os cursos profissionalizantes e, assim ensejar maiores oportunidades no mercado de trabalho regional.

Palavras-Chave: Ensino Profissionalizante, Espanhol, Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

O artigo trata da importância da língua espanhola na contemporaneidade, segundo a visão de estudantes da EJA/Acre, nos Cursos Profissionalizantes do Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira, na cidade de Rio Branco, Acre, Estado que faz fronteira com Peru e Bolívia.

Também, neste estudo, avalia-se a importância do espanhol como a segunda língua mais falada no mundo ocidental e, assim, conseqüentemente, de grande requisição no mercado de trabalho. E,

¹⁸ Texto resultante de monografia de final de curso de pós-graduação orientado pela Profa. Dra. Luísa Galvão Lessa (IDM, luisa_lessa@uol.com.br).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

neste mercado de trabalho, insere-se o Acre, pois nesta região o turismo cresce, a educação se desenvolve a passos largos – quando o ensino do espanhol é obrigatório nas escolas – os negócios se expandem a partir das perspectivas que se têm com a Rodovia do Pacífico ou a Transoceânica como é denominada na região.

O espanhol é uma das línguas mais faladas no mundo, com mais de 450 milhões de falantes nativos, além de mais de 100 milhões de estudantes estrangeiros e conhecedores da língua. Com isto se totalizam quase 600 milhões de pessoas falando espanhol em todo o mundo. É uma das mais extensas geograficamente: é idioma oficial em 21 países.

É uma das línguas mais importantes nos fóruns políticos internacionais: é idioma oficial da ONU, UNESCO, UE e MERCOSUL. É a segunda língua mais difundida no mundo depois do inglês, e uma das mais prometedoras no mercado de trabalho. Existem em língua espanhola mais de 18.000 publicações periódicas, 300 canais de televisão e 6.000 emissoras de rádio.

Pode-se dizer que o espanhol possui grande importância no mundo, principalmente no ocidente e dentro de pouco tempo terá, – se já não tem – mais de 700 milhões de hispano-falantes no mundo, ou seja, 10% da população mundial. Então, aprender o idioma espanhol é uma necessidade imperiosa no mundo atual. Muitas perspectivas brotam a partir do poderio que esse idioma possui no mundo.

Aqui no Brasil, no entanto, apesar da proximidade e das fronteiras com países hispânicos, a influência da cultura espanhola ainda é pequena. Para ilustrar uns poucos exemplos, há bem pouco tempo atrás, escritores de primeira linha, como os argentinos Jorge Luís Borges e Julio Cortázar, o mexicano Carlos Fuentes, o peruano Mario Vargas Llosa eram (e ainda são) praticamente pouco conhecidos dos brasileiros.

Quanto à língua, a comunicação com os países vizinhos se faz, habitualmente, por meio de um linguajar denominado “portunhol”, caracterizado por uma mistura do português e do espanhol. Todavia, a demanda pelo espanhol vem crescendo. O seu ensino, nos cursos de Letras e nas escolas de línguas estrangeiras, que antes tinha como modelo o espanhol falado em Madri, enquanto o espanhol da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

América era, severamente, discriminado, é um fato que está a ganhar novo panorama.

Com a criação do MERCOSUL, em 1º de janeiro de 1995, aumenta a procura pelo espanhol que, conforme projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional passou a ser disciplina optativa no Ensino Fundamental, pelo menos, por cinco anos, período de implantação. No Ensino Médio, é disciplina obrigatória, em todo o país. Há, no momento, grande falta de professores e, mais ainda, de quadros qualificados, havendo sérios riscos de pessoas incapacitadas, e sem a titulação adequada, se fizerem passar por profissionais habilitados para atuação nesta área de conhecimento.

Com o MERCOSUL, as empresas se preocupam em ministrar cursos para os seus funcionários e o domínio do idioma está se tornando cada vez mais importante na hora de contratar novos serviços, novo empregado. Tanto isso é verdadeiro que se houver dois candidatos com o mesmo perfil profissional solicitado, aquele que, além do inglês, souber, também, espanhol, ficará provavelmente, com a vaga.

Com o MERCOSUL, o comércio entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai quadruplicou. Cerca de 500 empresas brasileiras se instalaram na Argentina. O súbito interesse pela língua se deve, em grande parte, a razões de ordem econômica, considerando que o português não serve mais para a comunicação no mundo dos negócios, pois negocia melhor aquele que melhor se comunica. E, assim, também vai ganhando relevância o espanhol falado na América, que se diferencia daquele falado na Espanha por inúmeras peculiaridades.

DESENVOLVIMENTO

O Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira

O Serviço Campos Pereira – CEP está administrativamente vinculado ao Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr– IDEP/DM, que é uma entidade autárquica estadual, criada pela Lei nº 1.695 de 21 de dezembro de 2005, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica, vinculada à Secretaria de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Estado de Educação. Tem por finalidade responder pela formulação e implementação da Política e do Plano Estadual de Educação Profissional para o Estado do Acre.

A estrutura organizacional do IDEP/DM é composta pelo Conselho Consultivo, pela Unidade Central, compreendendo o Gabinete do Diretor-Presidente e as gerências executivas, além das Unidades Descentralizadas integradas pelos Centros de Educação Profissional - Ceps, a saber: CEP Serviços Campos Pereira; CEP Escola da Floresta Roberval Cardoso; CEP Saúde Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha; Centro de Formação e Tecnologia da Floresta-CEFLORA.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, 2001, o Acre possui mais de 500 mil habitantes, com uma população economicamente ativa (PEA) de quase 200 mil pessoas. Destas, 158 mil estão economicamente ocupadas, sendo que aproximadamente 110 mil atuam no setor de serviços, o que representa 69% do total da PEA ocupada.

Em geral, são pessoas que ingressam no mercado de trabalho sem nenhuma ou pouca qualificação, por isso o Governo do Estado considerou fundamental a criação de um Centro para atender esta demanda.

Nesta perspectiva, surge o Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira, cujo nome é uma homenagem a um dos pioneiros da comunicação no Estado do Acre, o radialista Campos Pereira. O Centro foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.945, de 30 de maio de 2003. E vem oferecer uma oportunidade de qualificação profissional nas áreas de Comunicação, Gestão, Informática e Turismo, para jovens e trabalhadores necessitados de qualificação e re-qualificação, principalmente aquelas pessoas que se encontram desempregadas.

O Perfil dos Alunos

Os alunos do Curso de Gestão de Negócios são concludentes do Ensino Médio, com perfil empreendedor, pequenos empresários e funcionários de empresas que têm por objetivo tornarem-se gestores,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

melhorar o desempenho de seus negócios ou trabalhar em empresas como técnicos em gestão de negócios.

No Curso de Conversação com o turista estrangeiro, em espanhol, os alunos fazem parte do “trade” turístico, residem na comunidade local, são concludentes do ensino médio ou graduados.

Todo processo educacional, para se tornar adequado, deve considerar as características do aluno e esse conhecimento auxiliará na elaboração e aplicação de metodologias de ensino-aprendizagem. Atender a essas características dos alunos permitirá a construção de um projeto pedagógico coerente com o contexto dos educandos regionais e a implantação de tecnologias de aprendizagem inovadoras, justificando estudos nessas e noutras áreas.

Esses cursos estão amparados na Resolução CNE/CEB Nº 01 de 05/07/00, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, orientando a obrigatoriedade na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio. Assim, conforme o Art. 2º, a presente resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (MEC/CNE-2001)

Em 2001 foi sancionada, pelo Presidente da República, a Lei Nº 10.172/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), norma legislativa da Constituição de 1988 e requerida pela nova LDB, um instrumento constitucional capaz de ajudar na erradicação do analfabetismo, na profissionalização no país, uma realidade que atende, hoje, o Acre, e que tanto vem modificando o cenário local, com a formação de novos profissionais preparados para o mercado de trabalho.

O fazer metodológico

No que diz respeito à caracterização metodológica, esta pesquisa é de natureza quantitativa, podendo ser vista, também, como estudo de caso. Pois, segundo Nunan (1992), o estudo de caso pode ser identificado como uma pesquisa do que acontece em uma escola

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

específica, em uma sala de aula, com alguns alunos.

Nesse caso, a clientela são os alunos do Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira dos cursos de Gestão de Negócios e do curso de Turismo – Conversação com o turista estrangeiro em espanhol. Essa escola está voltada para a Educação Profissionalizante e localizada na cidade de Rio Branco.

Nesse estabelecimento de ensino foi aplicado um questionário com quatro perguntas, sendo:

1. O espanhol é uma língua importante para o mercado de trabalho neste século XXI?
2. Você gostaria de saber espanhol?
3. Você conhece algumas palavras em espanhol?
4. Você já estudou espanhol?

O universo da pesquisa recobriu quarenta alunos, numa faixa-etária de 18 a 30 anos. Sendo 10 alunos do sexo masculino de turismo e 10 do sexo masculino de gestão de negócios, 10 do sexo feminino de turismo e 10 do sexo feminino de gestão de negócios. Esses alunos, na grande maioria, estão inseridos no mercado de trabalho, desempenhando diferentes atividades. Dentre elas, podem ser mencionadas: Curso de Turismo – engenheira florestal, pedagoga, artesãs, recepcionista hoteleira, recepcionistas de museu, funcionários da Secretaria de Turismo do Estado do Acre, turismólogas, letrada graduada em português espanhol; Curso de Gestão de Negócios – pequenos empresários, cabeleireira, vendedores em loja, recepcionista em hospital, acadêmicos de administração de empresas.

Antes da aplicação do questionário foi explicado aos alunos à finalidade do mesmo e as possibilidades de resposta foram objetivas o que facilitou a computação e a estatística dos resultados finais.

De acordo com Amboni (1997), haverá o pesquisador de obter um feedback no ir e vir de sua pesquisa, como elemento facilitador para chegar a bons resultados.

O enfoque quantitavista obriga o pesquisador a definir, a priori, as variáveis que o mesmo pretende verificar na prática. Já na pesquisa qualitativa, o pesquisador por não definir, a priori, as variáveis, prefere

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

trabalhar com a construção e reconstrução do processo. O processo de ida e volta, quer na complementação dos aspectos teóricos, quer nos procedimentos metodológicos, fornece feedback para retroalimentação do sistema.

Pois desta maneira, a pesquisa quantitativa apresenta resultados precisos e objetivos, não deixando espaço a dúvidas e ou suposições e sim apontado as informações precisas que foram propostas.

Breve história da língua espanhola

O castelhano, dialeto românico surgido em Castela, origem da língua espanhola, nasceu em uma franja montanhosa, mal e tardiamente romanizada, inculto e com fortes raízes pré-romanas. Ali, nas montanhas, surgiram os condados e reinados medievais espanhóis. Em torno deles desenvolveram-se os grandes centros urbanos com uma variedade de dialetos. Assim, o castelhano, dialeto dos montanheseiros e vascos, encarregados, no século IX, de defender dos árabes a fronteira do reino asturleonês, dá origem ao nome de *castilla* – do latim *castella*, plural de *castellum* – que no período visigótico significou “acampamento militar” (diminutivo de *castrum*) e logo “terra de *castillos*”. Em relação aos vascos, afirma-se que estes, com sua própria língua, influenciaram, profundamente, esta nova língua.

A modalidade idiomática *Navarro-aragonesa*, utilizada no lugar onde confluíam três reinos, Castela, Navarra e Aragão, deu origem, no século XI, aos primeiros documentos peninsulares numa língua romance: as glosas emilianas e as glosas silenses. No ano de 1042 escreveram-se as *jarchas*, primeiros textos em castelhano, porém com caracteres árabes e hebreus.

A Consolidação do castelhano ocorre com o primeiro texto literário escrito integralmente em castelhano. É *El Cantar del Mio Cid*, de autor anônimo, cuja versão original data do século XII (1140 aproximadamente), embora hoje se conheça aquela de 1307, copiada por Per Abatt.

Segundo dados históricos, distinguem-se, no castelhano, duas fases: *a primeira*, denominada “romance”, na qual se escrevem as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

primeiras amostras da nova língua, aonde as variedades vão se homogeneizando em torno à fala de Burgos, primeiro centro de nivelção do idioma; a segunda, denominada “castelhana”, que começa a partir da obra de Afonso X, o Sábio.

No âmbito histórico, Castela consolidou-se como a monarquia mais poderosa do centro peninsular, a qual lhe permitiu, no século XIII, graças ao domínio que exerceu sobre os reinos vizinhos, converter-se num único reino ibérico capaz de conseguir a recuperação dos territórios sob domínio mulçumano, decorrendo daí a expansão do castelhano. É nesta época que este dialeto, eminentemente inovador e integrador se fez língua de cultura, pois Castela foi convertida numa grande nação e, logicamente, necessitava de uma forma linguística comum. Também foi a língua através da qual se traduziram grandes obras históricas, jurídicas, literárias e científicas, tornando-se, assim, conhecida em toda a Europa a cultura do Oriente.

O espanhol passou então a ser visto como uma língua unificadora e é com a união monárquica de Castela e Aragão que se concluiu o processo da reconquista, com o qual se havia iniciado a luta contra os mulçumanos e que se consolidou com a recuperação do Reino de Granada. Além disso, a expulsão dos judeus, em 1492 – os quais falavam uma variedade do castelhano [o judeu – espanhol ou *sefard*] foi fator decisivo para consolidar uma língua de cultura.

Segundo Sergio Zamora B. (2002), o castelhano atuou como uma cunha que, cravada ao norte, rompeu com a antiga unidade de certos caracteres comuns românicos, antes dispersos pela península. Penetrou até a Andaluzia, dividiu alguma originária uniformidade dialetal, rompeu os primitivos caracteres linguísticos de Duero a Gibraltar, apagando os dialetos moçárabes e ampliou, cada vez mais sua, a ação de norte a sul para implantar a modalidade especial linguística nascida no rincão cantábrio. Por sua vez, o castelhano enriqueceu-se muito, graças aos regionalismos peninsulares; por exemplo: o galego, o português, o leonês, o andaluz etc.

Desse modo o castelhano unificou-se rapidamente por grande parte da Península. Deslocou as falas leonesas e aragonesas; converteu-se em língua romance própria de Navarra, em língua única de Castela, de Andaluzia e do reconquistado reino de Granada. Teve tal força que não somente consolidou-se como língua de unidade, mas,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

também, viu-se, definitivamente consagrada com o aparecimento da primeira gramática de uma língua romance: *La Gramática de la Lengua Castellana*, de Elio Antonio de Nebrija, publicada em 1492 e vinte cinco anos depois em 1517, com a obra do mesmo autor, *Las Reglas de Ortografía Castellana*, que compendia o texto anterior em sua parte ortográfica.

No ano de 1492, a língua espanhola chega à América, junto com Cristovão Colombo. Naquela ocasião o castelhano se encontrava consolidado na Península, porém durante os séculos XV e XVI aconteceu uma verdadeira revolução consonântica, que afetou especialmente as chamadas sibilantes, as quais se reduziram. Foi essa variedade que chegou ao Novo Mundo, geralmente conhecida como o espanhol da América. Nesse continente a língua enriqueceu-se com as contribuições das línguas aborígenes da Hispano-América.

Foi a partir do século XVI que se impôs o termo de ESPANHOL, ao converter-se na língua nacional da Espanha. E em 1536, o imperador Carlos I, na presença do Papa, utilizou, pela primeira vez, a expressão língua espanhola. Esta, segundo o monarca, “era tão nobre que merecia ser sabida e entendida por todos os cristãos, feita para falar com Deus”. O termo castelhano então substituiu como nome ao atual dialeto de Castela.

A partir de 1492 o espanhol estendeu-se pelos cinco continentes. Além de ser a língua oficial da Espanha e de dezenove países da América, do Caribe (México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Cuba, República Dominicana, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Porto Rico, neste último juntamente ao inglês), é também idioma nativo, total ou parcial em determinadas zonas dos Estados Unidos (Novo México, Arizona, Texas, Califórnia e Flórida), país no qual é a segunda língua principal, com 23 milhões de falantes.

Também se fala espanhol nas Filipinas, aproximadamente um milhão e meio de falantes, juntamente com o inglês e o tagalo, e em Trinidad, ilha situada perto da Venezuela.

Afirma-s, ainda, que o espanhol é a língua materna de milhares de judeus descendentes daqueles que foram expulsos da Espanha

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em 1492, que habitam hoje a Turquia, os Balcões, a Ásia Menor, ao Norte da África, e também a Holanda, Grécia, Bulgária, Iugoslávia, Egito, Líbano e Síria. Além desses todos, existem grandes comunidades também na França, Estados Unidos e Israel.

Na África, se fala espanhol em Marrocos, e é língua de instrução na Guiné Equatorial, enquanto que a cada dia cresce a porcentagem de falantes na Oceania, pois na Austrália reside um grande número de imigrantes de origem hispânica. Finalmente, o espanhol é consequentemente a segunda língua mais falada do mundo e uma das mais extensas geograficamente. Das 6.000 línguas que existem em todo o mundo, o espanhol ocupa um lugar privilegiado, pois é falado por cerca de 400 milhões de habitantes.

Por sua história, importância, extensão em que é língua oficial, muitos países a estudam como língua de cultura, por sua importância no contexto mundial, como um dos idiomas das Nações Unidas. Daí decorre, também, a grande contribuição deste breve artigo na valorização da língua espanhola em continente Americano, particularmente na região brasileira das três fronteiras: no Acre.

Contextualização do Brasil e do Acre nas fronteiras de língua espanhola

O Tratado de Tordesilhas

Após o descobrimento da América e do Brasil, a Espanha e Portugal ajustaram as suas desavenças territoriais no Novo Mundo, com a unção papal, com a linha Norte-Sul do Tratado de Tordesilhas. Por este tratado, como se sabe, o Brasil era constituído de menos da metade das terras que hoje possui. A região do Acre estava completamente fora das terras então dominadas pelos portugueses.

Foi graças às incursões dos bandeirantes à procura de metais e pedras preciosas e à captura de índios que os brasileiros empurraram a fronteira estabelecida para oeste. Os bandeirantes do sudeste são decantados em prosa e verso pela suas proezas. Fenômeno idêntico também se passou ao norte do país. Também foi a migração interna brasileira que ao povoar as terras não descobertas do extremo oeste marcou a presença do Brasil naquelas regiões. Este deslocamento de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

brasileiros não despertou a mesma consideração dada aos bandeirantes pela nação brasileira.

A Amazônia não despertava grande interesse por parte da Espanha. Os primitivos habitantes do Acre foram os índios (amoaca, arara, canamari e ipuriná).

Território Boliviano

O estabelecimento dos limites entre as terras de Portugal e Espanha, com a expansão da fronteira para além da linha vertical do Tratado de Tordesilhas, passou a ser estabelecido pelos Tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Até 1850, a região do Acre era considerada pela Espanha como “Tierras no Descubiertas”. A partir de 1860 expedições exploratórias descobriram o potencial da borracha, viabilizada por força da Revolução Industrial, em curso na Europa.

Em 1867, o Tratado de Ayacucho passou a estabelecer os limites entre o Brasil e a Bolívia, com desconhecimento da geografia local. Foi um tratado feito às cegas. As terras entre os rios Madeira e o Javari pertenceriam à Bolívia. Portanto, o Acre era território boliviano.

Povoamento do Acre

O nome Acre foi originário da palavra indígena AQUIRI. Existem algumas versões sobre o seu significado. Uma delas considera “rio de jacarés”. Acre seria uma corruptela de Aquiri, atribuída a um imigrante nordestino de sucesso no aviamento das encomendas dos seringueiros. Seu nome: Manoel Urbano da Encarnação (!).

A grande seca nordestina de 1877/8 é que provocou a grande migração nordestina, especialmente do Ceará, para o Acre. E, aqui, os rios cruzam o território acreano de oeste para leste, formando a bacia hidrográfica amazônica. Assim, viajar longas distâncias rio-acima, nessa planície, era uma tarefa hercúlea a ser realizada com barcos leves, movidos a remo. A navegação à vela é marítima (oceânica ou costeira) e não se adapta à hinterlândia fluvial de poucos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ventos. Com os barcos a vapor é que foi possível a maior inserção do povo brasileiro por essas regiões. O Visconde de Mauá chegou a criar uma empresa de navegação fluvial com motores a vapor, que parece existir até hoje. Essa empresa chegou a ser associada à Petrobras. No século passado, o Estado do Amazonas estendia sua jurisdição às terras ocupadas por brasileiros no território acreano.

A Questão do Acre

Em 1895, uma Comissão Demarcatória chefiada pelo Cel. Taumaturgo de Azevedo mostrou quanto o Tratado de Ayacucho era desinteressante para o Brasil. Rechaçado pelo Governo Brasileiro criou-se a polêmica na imprensa. O Governo Brasileiro nomeia, então, o capitão-tenente Cunha Gomes que, no entanto, reconheceu os limites estabelecidos pelo Tratado. O traçado demarcatório que separa, ainda hoje, o Acre do Amazonas é conhecido como a linha Cunha Gomes.

Cem dias de Paravicini (início: 02.01.1899)

A Bolívia, por sua vez, reage à ação dos brasileiros e manda para a região um ministro plenipotenciário, Dom José Paravicini, que criou a cidade de Puerto Alonso. Paravicini decretou a abertura dos rios amazônicos à navegação internacional e começou a arrecadar impostos que antes iam para o Estado do Amazonas.

Insurreição Acreana (a partir de 01.05.1899)

Sessenta seringalistas da região se rebelaram contra as decisões do governo constituído pelos bolivianos e expulsaram seus representantes, pondo fim assim à gestão Paravicini.

As revoluções

Primeira Revolução – A República Independente do Acre

A partir daqui, dá-se início à fase efetivamente revolucionária

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do Acre, após os esporádicos embates entre os interesses bolivianos e brasileiros. Para efeito deste texto, divide-se a história recente – final do século XIX e no século XX – em quatro grandes revoluções, como se observará a seguir.

Destaca-se, nesta quadra da história, o grande personagem do livro já mencionado, o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Aria. Galvez estudou direito e serviu nas embaixadas da Espanha em Roma e Buenos Aires. Tinha vasta cultura, talento militar e administrativo. Tinha fama de mulherengo, envolvendo-se em grandes confusões por este motivo. Esteve em Buenos Aires e no Rio de Janeiro antes de sua ida para a Amazônia.

O Galvez do livro de Márcio Souza é um personagem de romance. O autor o associa a D. Quixote, teatralizando sua atuação. O personagem tem tratamento debochado, passando por figura burlesca e picaresca. Alguns traços de sua personalidade e pelo fato de se fazer acompanhar, em sua incursão para oeste, por uma trupe teatral, possivelmente concorreram para esta caracterização. Mas Galvez é personagem importante na história do Acre. Também foi repórter jornalístico em Manaus e Belém. Paradoxalmente, foi, também, funcionário do consulado da Bolívia nesta última cidade.

Por exercer essas funções, em Junho de 1899 ele descobre e denuncia a trama: A Bolívia receberia o auxílio dos Estados Unidos para incorporar o território do Acre ao dela. Em caso de guerra os EUA apoiariam militarmente a Bolívia. A canhoneira americana Wilmington chegou mesmo a ser enviada para região, em missão de *boa-vizinhança*, sendo muito bem recebida pelas autoridades e populações locais. Na realidade fez o seu périplo rio-acima para mostrar força e as segundas intenções da *Grande Nação do Norte*.

A denúncia de Galvez aborta a transação. Os jornais do Rio de Janeiro alardeiam a notícia que chocou a opinião pública brasileira. A Bolívia e os EUA negam as denúncias. Galvez, em associação com o Governo da Província do Amazonas, que financia a expedição com cinquenta mil libras esterlinas, organiza uma expedição para tomar conta das terras em disputa. O fato de ser espanhol e aparentemente desvinculado do Governo do Amazonas foi fundamental, pois o governo federal não aprovava a empreitada. Assim o governo da província, envolvido totalmente no projeto, não se indispôs com o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Governo Federal.

A expedição ao Acre, chefiada por Galvez, era composta de 20 homens, 202 volumes (com 20 rifles), embarcados no vapor Cidade do Pará (uma *gaiola*). O Acre era então explorado pela Bolívia e abandonado pelas autoridades brasileiras, o que permitiu a Galvez concluir: “Os habitantes do Acre não pertencem à livre e grande pátria Brasileira”.

Foi assim que proclamou a República Independente do Acre (nos território dos rios Acre, Purus e Iaco) em 14.07.1899. Galvez passou a ocupar o cargo de Presidente e não de Imperador, como o romance relata. Sua capital passou a se chamar Cidade do Acre (novo nome de Puerto Alonzo).

A assim chamada República do Acre teve mais sucesso no papel do que na realidade. Planejava-se com detalhes sobre saúde, educação, forças armadas e até tinha planos para instalação de telefones. Foi escrita uma Constituição e foram convocadas eleições. Enviaram-se cartas diplomáticas *às nações amigas*, inclusive à República do Brasil, solicitando reconhecimento do novo país. Tanto o Brasil como os EUA negaram tal reconhecimento. O autor deste texto não tem conhecimento se alguma nação o tenha feito.

O novo país começou sofrendo hostilidades de todas as partes: da Bolívia, de Manaus e Belém e do Rio de Janeiro. Como já disse, o Governador do Amazonas (Ramalho Jr.) na realidade estava em conluio com o Galvez: visavam criar uma situação de fato para anexar o território ao Brasil e ao Estado do Amazonas. A partir das leituras realizadas admite-se que o real interesse de Galvez era esse. A criação de uma República Independente foi um expediente estratégico para se chegar ao fim colimado. A história mostra o sucesso dessa trajetória. O que se pode discutir é se, de fato, isso estava nos planos do Galvez.

A estratégia de reação da Bolívia para manter o território era invadir Mato Grosso ou contar com a intervenção dos EUA. Galvez interrompe o fluxo de mercadorias e da borracha. Em vista da situação difícil criada por esse embargo, em 28.12.99 o seringalista Antônio Souza Braga destituiu Galvez.

Souza Braga, contudo, visava outro fim, claro no seu pronun-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ciamento: “Se o Brasil mandar um só homem fardado eu entregarei tudo isto. Aos bolivianos, porém, não”. Souza Braga renuncia diante das dificuldades e da inapetência do governo brasileiro. Galvez reassume em 30.01.1900. O Governo Federal manda força-tarefa da marinha brasileira para destituir Galvez e devolver o Acre ao domínio boliviano (15.03.1900). Não contou com resistência por parte dos revolucionários. Foi o fim da República Independente.

Galvez não era nem D. Quixote tampouco Antônio Conselheiro. Sabia o que queria. O que, aliás, todos os brasileiros queriam. Somente o governo federal, dirigido pelo Senhor Campos Salles, era contrário a esses interesses.

Segunda Revolução – A Revolução Acreana

A grande figura desse período é o militar gaúcho Plácido de Castro. Financiado também pelo governo do Amazonas, formou um exército de seringueiros e de oficiais seringalistas. Seringueiro é o trabalhador que extrai a borracha. Seringalista o proprietário que explora a exploração. A luta começou em 06.08.1902 – data nacional da Bolívia. Durou até 24.01.1903, quando foi tomado Puerto Alonzo, transformada em Porto Acre.

Mais uma vez foi declarado o Estado Independente do Acre, com o objetivo agora explícito de sua anexação ao Brasil. Era tempo do Governo do Presidente Rodrigues Alves (1902/1906), no qual o Barão do Rio Branco exercia as funções de seu ministro do exterior.

Após as manobras militares vitoriosas, as discussões diplomáticas se seguiram. Em 17.11.1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis que rezava a posse definitiva da região pelo Brasil em troca de áreas no Mato Grosso, pagamento de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia, cento e poucas mil libras ao Bolivian Syndicate e o comprometimento da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Outro livro de Márcio Souza (Mad Maria) romanceia este último acontecimento.

A seguir, o Tratado do Rio de Janeiro (08.09.1909) põe fim à questão dos limites com o Peru. Nessas discussões foi invocada a figura jurídica do *Utis Possidetis* (posse produtiva do território). Os

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

brasileiros de fato já dominavam a região. O autor acredita que esta mesma figura foi utilizada na Província Cisplatina, território anteriormente pertencente ao Brasil, que passou a constituir a República Oriental do Uruguai.

Entre as reações contrárias à assinatura dos tratados com a Bolívia e Peru, destacou-se a atuação de Rui Barbosa, secundado por outros menos reconhecidos. A região foi transformada em Território Federal do Acre.

Terceira Revolução – A Revolução Autonomista

Este período é marcado pela liderança do Senador Guiomard (José Guiomard dos Santos), militar mineiro que foi governador nomeado pelo Governo Federal para administração do Território. Como território, o Acre viveu de 1904 a 1962. Nesse período foram inúmeros os movimentos autonomistas, a saber, a revolta do Juruá (1910) e outras mais brandas: 1913, 1918, 1934, 1957 etc.

Em 1962, no governo João Goulart, se deu a criação do Estado do Acre. A partir daí a população passou a eleger sua bancada na Câmara Federal e no Senado Federal, como qualquer outra unidade da Federação. Antes tinha poucos representantes. Como território, o Acre não se constituía uma unidade confederada da República. Não tinha autonomia. Seus mandatários eram designados pelo Governo Central, na maioria dos casos, sem mostrar maior interesse pela região, uma vez que cessado o período de seus mandatos voltavam para a região originária. Exceção feita ao Senador Guiomard dos Santos, que Aqui se estabeleceu. Os orçamentos regionais constituíam parte integrante do orçamento da União, o que implicava em dependência econômica e financeira.

Algumas particularidades do novo Estado: seu território é maior do que o do Espírito Santo e o do Rio de Janeiro juntos. Só em 1990 o Acre foi ligado por rodovias ao resto do Brasil pela BR-364. Se não é o único trata-se de um dos poucos estados brasileiros em que todos os governadores eleitos foram e são naturais do próprio estado.

Quarta Revolução – A Revolução Ecológica

O grande personagem desta quadra é indubitavelmente Chico Mendes. É tempo da revolução ambiental, da defesa do trabalhador e da Amazônia Brasileira. Chico Mendes, seringueiro, organizador de sindicatos de trabalhadores locais, líder dos *empates* com os seringa-listas, reconhecido internacionalmente antes de o ser nacionalmente, pregava o desenvolvimento sustentado da região. Não necessariamente a reforma agrária. Não dividir a terra, a floresta é que não pode ser privatizada. A luta da terra foi dando lugar à luta pelo meio ambiente.

Aqueles empates – confronto entre os seringueiros e seringa-listas – se deu mais acentuadamente durante os governos militares. A política de ocupação do território levou inúmeros proprietários do sul-sudeste a se estabelecer na região, acabando com as matas, para começar atividades pecuárias. Esses novos proprietários são ainda conhecidos no Estado pela denominação de *paulistas*.

A expressão e liderança de Chico Mendes ganharam mundo com a notícia de seu assassinato. Chico avisou, por escrito, à Polícia Federal, ao Juiz de Direito, às autoridades constituídas da trama para a sua morte. Morreu e virou mártir. É, também, o grande vulto da ecologia no mundo, defensor da Floresta Amazônica, do desenvolvimento sustentável. Um ambientalista, cuja vida foi ceifada por interesses poderosos.

Chico foi o defensor da floresta, do verde, do desenvolvimento sustentável. E, hoje, graças à atuação da população local o Acre só foi devastado, em suas matas, numa extensão de 5% do seu território. Rondônia, Estado vizinho, tem mais de 70% de suas matas destruídas. A Revolução ainda não acabou. Existe o compromisso de transformar não só o Acre, mas toda a Amazônia em uma terra onde todos, sem exceção – índios, negros, brancos, seringueiros e ribeirinhos – possam viver em harmonia com o meio-ambiente, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano e econômico sustentável e com justiça social.

ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados, chega-se aos seguintes resultados, obtidos por meio de questionário junto à comunidade da Escola campos Pereira, com 40 alunos, sendo 20 do sexo masculino e 20 de sexo feminino. As perguntas inquiridas foram:

1. O espanhol é uma língua importante para o mercado de trabalho neste século XXI? SIM () NÃO () NÃO SABE ()

Neste item, 100% dos entrevistados responderam SIM.

2. Você gostaria de saber espanhol? SIM () NÃO () NÃO SEI ()

Os entrevistados, 100%, responderam SIM.

3. Você conhece algumas palavras em espanhol? SIM () NÃO ()

Os entrevistados, 100%, responderam SIM.

4. Você já estudou espanhol? SIM () NÃO ()

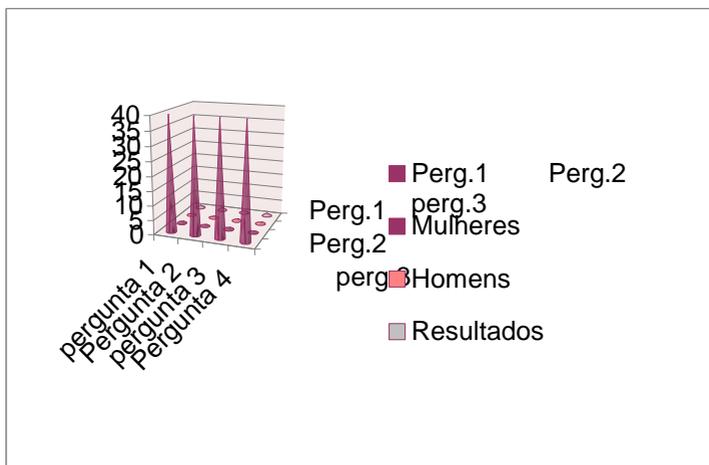
Os entrevistados, 100%, responderam SIM.

Em face dos dados coligidos, a língua espanhola é idioma importante para o profissional deste século XXI. O gráfico abaixo aponta os resultados finais alcançados neste estudo.

O espanhol é uma das línguas mais faladas no mundo, com mais de 450 milhões de falantes nativos, além de mais de 100 milhões de estudantes estrangeiros e conhecedores da língua. Com isto se totalizam quase 600 milhões de pessoas falando espanhol em todo o mundo. É uma das mais extensas geograficamente: é idioma oficial em 21 países. É uma das línguas mais importantes nos fóruns políticos internacionais: é idioma oficial da ONU, UNESCO, UE e MERCOSUL

É a segunda língua mais difundida no mundo depois do inglês, e é uma das mais prometedoras. Existem em língua espanhola mais de 18.000 publicações periódicas, 300 canais de televisão e 6.000 emissoras de rádio.

Gráfico 1 – Resultado da pesquisa



Pode-se afirmar que o espanhol já é de grande importância no mundo, principalmente no ocidente e dentro de pouco tempo teremos mais de 700 milhões de hispano-falantes no mundo, ou seja, 10% da população mundial. Para não lamentar o futuro, faça parte desta população aprendendo o espanhol.

A Espanha é o país que mais investe no Brasil depois dos Estados Unidos, hoje já são centenas de empresas desde país instaladas no Brasil e sedentas por brasileiros hispano-hablantes, e já são milhares de empresas brasileiras de todos os setores (comércio, indústria, serviços e agronegócio) negociando com países hispano-hablantes.

O Brasil, por exemplo, comercializa muitos produtos e serviços com outros *países latinos* como Bolívia, Argentina, Uruguai, México, Venezuela, Chile, todos falantes de espanhol, sem mencionar na Espanha que é o 2º maior investidor de capital privado no Brasil. Motivos não faltam para uma pessoa comece a aprender espanhol hoje mesmo. Além da importância econômica, é um idioma muito belo.

CONCLUSÃO

Aborda-se a importância do domínio da língua espanhola como diferencial de sucesso para o bom desempenho profissional, em contatos internacionais, tendo em vista a crescente exigência do mundo globalizado.

Demonstram-se a evolução da língua espanhola, seus aspectos históricos – culturais, a influência direta na colonização do Estado do Acre de povos hispano-falantes, em especial em razão da localização geográfica do Acre, bem como as constantes negociações e a grande quantidade de turistas que se recebe dos países vizinhos (Bolívia e Peru) influenciam o perfil do profissional deste século.

Mostra-se, nesse contexto, a origem da língua espanhola e sua influência no decorrer da história do Acre, relatando fatos que fizeram os compatriotas de países hispano-falantes (Bolívia e Peru) legarem ao Brasil uma carga cultural hispânica de grande valor.

A presença do idioma espanhol nos fóruns políticos internacionais, aqui relatados, e a sua difusão em todo o mundo, como um dos idiomas mais falados, justificam este breve estudo numa região de fronteira como é o Acre.

O estudo demonstra que os alunos da EJA – do Ensino Profissionalizante dos Cursos de Gestão de Negócios e Turismo do Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira – fortalecem, solidificam e evidenciam a necessidade imperiosa da inclusão do ensino da língua espanhola nos cursos de Ensino Profissionalizante, tendo em vista que no Ensino Regular já é assegurado por Lei.

Deste modo, conclui-se que o mercado de trabalho do século XXI exige um profissional dinâmico, globalizado, pois agora não basta, apenas, dominar a tecnologia, as teorias. Faz-se mister saber ler, falar e escrever o idioma espanhol. Assim, comunicar-se para ter diferenciação e permanecer ou entrar no mercado de trabalho e ser um profissional que não se limite a ter, somente, os requisitos mínimos, mas ter bom desempenho através do interesse e da busca pelo conhecimento cultural. Pois, ao contrário, ficar-se-á fora de seu tempo, descontextualizado e fadado à estagnação e ao insucesso profissional.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dominando a língua espanhola, a cidadania é fortalecida, e ao se falar com outros grupos linguísticos, logicamente os profissionais irão intercambiar cultura, estabelecendo laços e parcerias, desenvolvendo a condição mais sublime: a condição humana de vida social e cultural.

Assim, na perspectiva da construção do desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, essa interação com os povos de língua espanhola, dos países vizinhos, o estudo do espanhol se faz primordial para todos os profissionais. Falar o espanhol se torna mais urgente quando se vislumbra uma ligação com estes países através da Estrada do Pacífico. Profissionalmente, segundo apontam dados colhidos nesta pesquisa, todos os profissionais, particularmente aqueles que habitam regiões de fronteira, precisam estar preparados para o estabelecimento da interrelação com os falantes da língua espanhola.

A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo o cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

O estudo de pelo menos uma língua estrangeira passou a ser obrigatória na formação do aluno brasileiro. No art. 26 § 5º, da LDB encontramos:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5ª série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

E na seção referente ao ensino médio, art. 36, III:

Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Historicamente, a escola pública brasileira preocupou-se com o ensino de várias línguas, incluindo o latim, o francês e o inglês, e, em algumas escolas privadas, outras línguas, como o espanhol, o alemão e o italiano. A legislação brasileira sempre nominou a língua estrangeira que deve estar incluída no currículo escolar. O espanhol, hoje, é um idioma recomendado, obrigatório, indispensável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Amado. *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. 2 vols. Madrid: Gredos, 1955.

———. (1939-1953). Examen de la teoría indigenista de Rodolfo Lenz. Estudios lingüísticos. Temas hispanoamericanos. *Revista de Filología Hispánica*. T. I, p. 313-350; Madrid: Gredos.

BALDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid: Gredos, 1972.

BOLAÑO E ISLA, Amancio. *Manual de historia de la lengua española*. México: Porrúa, 1971.

CANO, Rafael. *Historia de la lengua española*. Barcelona: Ariel, 2004.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente. *Gramática histórica española*. Madrid: Gredos, 1961.

LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos, 1991.

LEVANTAMENTO Preliminar sobre o ensino de espanhol nas escolas brasileiras, SEF/MEC/1999.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Manual de gramática histórica española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1968.

———. *Orígenes del español*. Madrid: Espasa-Calpe, 1968.

PARECER da Conselheira Guiomar Namó de Mello – Parecer CEB 15/98.

RESOLUÇÃO CEB Nº 3, de 26/06/98.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre – novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Edição do Autor, 2002.